

SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS

A Subsecretaria de Assuntos Políticos, criada mediante a Ordem Executiva 05-13 Rev. 1, é constituída pelo Departamento para a Promoção da Democracia, o Departamento para a Promoção da Governabilidade e o Departamento de Prevenção de Crises e Missões Especiais.

Departamento para a Promoção da Democracia

Foro Interamericano sobre Partidos Políticos (FIAPP)

As atividades do Foro Interamericano sobre Partidos Políticos concentraram-se em cinco áreas principais em 2005: projetos nacionais de assistência técnica, promoção da perspectiva de gênero e participação política da mulher, incentivo a uma agenda de reforma, institucionalização dos partidos políticos e geração de conhecimento prático. Destacam-se os programas de apoio ao processo da Assembléia Nacional Constituinte na Bolívia; à supervisão internacional da constituição de uma Corte Suprema de Justiça no Equador; e às ações em prol do diálogo e da reforma política executada pelo Programa de Valores Democráticos e Gestão Política na Guatemala.

Desse modo, no período a que se refere este relatório, o FIAPP prestou apoio às missões da OEA que acompanharam as últimas transições políticas no Equador e na Bolívia, com o objetivo de definir linhas de cooperação com as instituições representativas desses países. No caso da Bolívia, o resultado da Missão foi a formulação de um programa de cooperação política e técnica para as instâncias nacionais relevantes por um período estimado de dois anos.

O FIAPP organizou e prestou assessoria técnica especializada como parte das missões do Conselho Permanente e do Secretário-Geral ao Equador para determinar o apoio ao fortalecimento da democracia, em atendimento a solicitação do governo desse país. Também prestou apoio à Colômbia, Venezuela e Peru, por meio de programas de assistência técnica, em assuntos relacionados com a promoção do diálogo político, o fortalecimento institucional e o melhoramento da governabilidade democrática. Na Guatemala, no âmbito do Programa de Valores Democráticos e Gestão Política, cumpre salientar a colaboração com a Comissão Específica de Assuntos Eleitorais do Congresso da República no processo de reforma da Lei Eleitoral e de Partidos Políticos e de redação da Lei do Registro Nacional das Pessoas (RENAP).

O FIAPP participou, com os Ministérios da Mulher da América Central, da discussão sobre as medidas de ação afirmativa, a adoção de cotas nos partidos e a capacitação política. Também organizou reuniões sub-regionais, tais como o fórum para o fortalecimento dos partidos da CARICOM; o workshop para a implementação da nova lei de garantias e reeleição presidencial na Colômbia; e o debate sobre as perspectivas do financiamento de campanhas no México. O FIAPP realiza neste momento um estudo comparativo da situação e perspectivas dos partidos políticos da Região Andina e dispõe de uma ampla coleção de publicações (www.upd.oas.org/fiapp).

Missões de Observação Eleitoral e Programa de Fortalecimento de Sistemas e Processos Eleitorais

O melhoramento dos processos eleitorais, que continua a ser um desafio vital para a transparência e a legitimidade das instituições democráticas da região, é o objetivo primordial desse programa. O esforço se concentra na organização e execução de Missões de Observação Eleitoral nos Estados membros que as solicitam, apoio ao fortalecimento institucional das autoridades eleitorais dos países da região e modernização dos processos e sistemas eleitorais.

Ao se concluir o período de 2005 a 2007, a região terá presenciado uma singular conjuntura quanto ao número de processos eleitorais realizados. Deste número, que supera 30 processos, cerca da metade se referirá a eleições presidenciais. Nesta conjuntura, o papel da OEA adquire especial relevância, uma vez que boa parte desses processos será objeto de observação pela Organização, a pedido dos respectivos governos.

A Secretaria-Geral da OEA observou em 2005 sete eleições, inclusive, pela primeira vez, um processo de eleições primárias de partidos políticos, realizado em Honduras. Essas eleições, organizadas e supervisionadas por uma autoridade eleitoral de recente criação, merecem menção especial, dado que sua realização constitui um progresso considerável do ponto de vista da participação política dos cidadãos, estendendo-se esta até o âmbito da principal instituição de todo regime democrático, ou seja, o partido político.

A OEA deslocou um grupo de 113 pessoas para acompanhar as eleições gerais de Honduras em novembro de 2005, que elegeram o Presidente e o Vice-Presidente da República, membros do Congresso Nacional, prefeitos e corporações municipais.

A Missão de Observação Eleitoral (MOE) realizada a convite do Governo da República do Suriname foi instalada com o mandato de acompanhar o desenvolvimento do processo eleitoral de 25 de maio, mediante o qual foram eleitos os membros da Assembléia Nacional e dos Conselhos Distritais e Locais.

O Governo da República Bolivariana da Venezuela, por sua vez, estendeu convite à OEA para a organização e instalação de uma Missão de Observação Eleitoral por ocasião da eleição de deputados para a Assembléia Nacional, realizada em 4 de dezembro de 2005.

Em 18 de dezembro de 2005, a OEA enviou uma Missão de Observação Eleitoral para observar as eleições gerais e municipais de 18 de dezembro de 2005 na Bolívia. A Missão, a que se incorporou um grupo de 166 observadores internacionais, provenientes de praticamente todos os Estados membros da OEA, realizou uma contagem rápida cujos resultados afirmaram a precisão dos resultados oficiais divulgados pela CNE.

No que se refere ao apoio aos Estados membros no fortalecimento e modernização de suas instituições eleitorais, continuou-se em 2005 a prestar assistência a programas tais como o fortalecimento institucional na Guatemala e Honduras; a modernização da gestão do registro civil e de cidadãos de Honduras, Paraguai e Haiti; a promoção da participação do cidadão; o apoio aos processos de reformas legislativas no campo político-eleitoral na Guatemala; e a modernização das instituições eleitorais no Peru, Honduras e Equador.

Cumprе salientar no âmbito desses programas o apoio prestado ao Conselho Eleitoral Provisório (CEP) do Haiti na organização e administração das eleições presidenciais. Nesse país, a OEA, mediante o apoio da Missão Especial para o Fortalecimento da Democracia no Haiti, conduziu o programa de assistência técnica eleitoral para a formulação e execução de um sistema de registro de eleitores, com base no qual se conseguiu: i) a emissão de um documento de identidade para mais de três milhões de haitianos; ii) a criação de um sistema de registro permanente; iii) a configuração de um cadastro eleitoral completo e confiável; iv) a confecção de um documento de identificação para os votantes; e, finalmente, v) o lançamento das bases de um sistema de registro civil.

Continuou-se também a promover a cooperação horizontal na área eleitoral entre os países do Hemisfério, por meio da Rede Interamericana de Tecnologia Eleitoral (RITE) e do Programa Interamericano de Tecnologia Eleitoral (PITE). Nesse contexto foi realizada a Quarta Reunião Interamericana de Tecnologia Eleitoral em Bogotá, Colômbia, da qual participaram mais de 20 autoridades eleitorais do Hemisfério.

Esse importante evento, que teve lugar em 6 e 7 de abril de 2005, em colaboração com a Organização Eleitoral da Colômbia, possibilitou que se desse prosseguimento ao esforço de promover e fortalecer o intercâmbio de conhecimentos, práticas e experiências em tecnologia eleitoral junto a autoridades vinculadas a essa área. Como parte da mesma iniciativa, foram apresentadas as realizações da OEA e das diferentes autoridades eleitorais interamericanas nesse último ano e se deu a conhecer o alcance das novas tecnologias por elas adquiridas ou desenvolvidas.

Mediante o Convênio de Cooperação Horizontal assinado com o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, continuou-se a apoiar a realização de exercícios piloto de voto eletrônico no Paraguai, Panamá e República Dominicana.

Finalmente, no campo dos “programas especiais”, deu-se andamento em 2005 à implementação do Programa de Facilitadores Judiciais Rurais na Nicarágua.

Fortalecimento do Poder Legislativo

No âmbito da cooperação interparlamentar, o Programa de Apoio ao Fortalecimento das Instituições Legislativas (PAFIL) prestou assessoramento e assistência técnica à Reunião de Presidentes dos Poderes Legislativos da América Latina, em Bogotá, Colômbia.

Com respeito à questão do combate à corrupção e transparência da gestão legislativa, o Programa manteve reuniões com o Grupo de Parlamentares Latino-Americanos contra a Corrupção (PLACC) e realizou a Conferência sobre Ação Legislativa contra o Terrorismo nos Estados do Caribe Oriental, em São Vicente e Granadinas.

O PAFIL assumiu a coordenação de um projeto sobre a responsabilidade dos Poderes Legislativos frente aos tratados de livre comércio, apresentado pelo Fórum de Presidentes de Poderes Legislativos da América Central e da Bacia do Caribe e financiado pelo FEMCIDI. Na primeira fase foi aprovada a realização de uma pesquisa sobre a agenda para se fazer frente à exigência de competitividade decorrente dos acordos comerciais internacionais.

Departamento para a Promoção da Governabilidade

A sustentabilidade de um sistema político democrático se baseia na solidez e vitalidade de suas instituições e de sua cultura política. É por esse motivo que o Departamento tem como missão prestar assessoramento, informação e apoio técnico à Secretaria-Geral da OEA e aos Estados membros no fortalecimento das instituições e da cultura democrática.

Promoção de valores e práticas democráticas

Os artigos 26 e 27 da Carta Democrática Interamericana solicitam à Secretaria-Geral que apóie o fortalecimento da cultura democrática por meio de programas de educação da infância e da juventude, como forma de assegurar a permanência dos valores democráticos, inclusive a liberdade e a justiça social. Para isso é imperioso incentivar e promover o desenvolvimento de valores e práticas democráticas para despertar e alimentar o interesse, compromisso e espírito participativo das novas gerações do Hemisfério nos processos políticos democráticos.

Desde 1995, a OEA, por intermédio do Programa de Promoção de Liderança e Cidadania Democrática, é uma referência hemisférica na área de formação de uma nova liderança democrática. O programa disponibiliza recursos acadêmicos e metodologias modernas para a capacitação de jovens líderes do Hemisfério, por meio de cursos regionais e nacionais sobre instituições, valores e práticas democráticas e

gestão política. Os cursos têm por objetivo fortalecer o conhecimento que os jovens líderes têm da democracia e o compromisso que com ela assumiram; facilitar o uso de ferramentas de análise política; capacitar os jovens no uso de tecnologias modernas da informação e das comunicações aplicadas à prática da política; e promover a análise e intercâmbio de experiências entre os jovens líderes da região. Trata-se de cursos intensivos, de aproximadamente nove dias de duração, que abrangem teoria, exercícios analíticos e estudos de caso sobre temas tais como os desafios à democracia; os partidos políticos e sistemas eleitorais; a comunicação política; as técnicas de negociação e liderança. Os docentes dos cursos são reconhecidos especialistas e eminentes personalidades políticas dos países da região.

Em 2005, foram realizados 13 cursos nacionais e regionais para jovens líderes sobre instituições, valores e práticas democráticas na Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, México, Peru e Suriname. Participaram mais de 500 jovens líderes oriundos dos partidos políticos, dos meios de comunicação, do setor acadêmico, da sociedade civil e das forças armadas. O programa teve a colaboração de dezenas de instituições de contrapartida, inclusive o Banco Interamericano de Desenvolvimento e centenas de especialistas acadêmicos, presidentes e altos funcionários.

O programa também deu início ao curso a distância para professores do ensino fundamental e médio sobre a Carta Democrática Interamericana, bem como para o ensino de valores democráticos, com a assistência dos Ministérios da Educação do Peru e da Argentina. O curso piloto tem como meta principal capacitar 1.500 professores peruanos para que planejem “aulas democráticas” que formem jovens cidadãos democráticos.

De acordo com os mandatos da Quarta Reunião de Ministros da Educação, a Secretaria-Geral apoiou a formulação e implementação do Programa Interamericano sobre Educação em Valores e Práticas Democráticas, uma iniciativa hemisférica para promover a cultura democrática por meio da educação, da pesquisa, do aperfeiçoamento profissional, dos recursos educacionais e do intercâmbio de informação.

Programa de apoio aos processos de descentralização

Continuou-se a prestar apoio técnico à Rede Interamericana de Alto Nível sobre Descentralização, Governo Local e Participação do Cidadão (RIAD), cujo objetivo é contribuir para a implementação de compromissos das Cúpulas Interamericanas.

A RIAD concluiu a série de reuniões sub-regionais para o fortalecimento dos intercâmbios de experiências entre os governos centrais e promoveu o diálogo com protagonistas de processos locais, tais como associações nacionais e regionais de municípios e organizações da sociedade civil que participam do desenvolvimento local. Nesse contexto, complementando as reuniões sub-regionais centro-americanas e da CARICOM e o encontro dos países federais convocados no período anterior, o Peru, como Vice-Presidente Sub-Regional para a América do Sul, realizou o primeiro intercâmbio da RIAD para os Estados sul-americanos, em Lima, em agosto de 2005. Ao mesmo tempo iniciou o diálogo desses países com uma das associações regionais de municípios, a Federação Latino-Americana de Cidades, Municipalidades e Associações (FLACMA).

Além disso, a Jamaica, como Vice-Presidente Sub-Regional para os Estados da CARICOM, e o Governo de Trinidad e Tobago, como país sede, convocaram uma Conferência Ministerial em agosto de 2005 na qual atores chave de governos centrais, locais e da sociedade civil da região continuaram a examinar os desafios e realizações na área da descentralização e participação. Essa reunião teve o apoio do *Commonwealth Local Government Fórum*, que dela também tomou parte, e deu continuidade à constituição de um Foro de Ministros Caribenhos (*Caribbean Forum of Ministers*) acordado no ano anterior para coordenar o cumprimento dos compromissos e atividades tanto da RIAD/OEA como da *Commonwealth* nesses campos. Também se deu andamento à formulação de uma estratégia regional para

a descentralização e a participação comunitária e se aprovou o *Acordo de Port-of-Spain (Port of Spain Accord)* que registra os resultados e as decisões da reunião.

Com vistas ao fortalecimento da RIAD e em cumprimento a um mandato específico, a Secretaria Técnica dedicou-se à criação de um Grupo de Apoio Técnico e Financeiro com contribuições da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI) e assistência técnica da Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos (USAID). Também com assessoramento técnico de especialistas de 13 organismos sub-regionais, regionais e internacionais, em especial da *International City/County Management Association*, foi organizada uma feira sobre descentralização e melhores práticas municipais, atividade apresentada em vídeo e também de forma interativa com a participação de oito municípios do Hemisfério. A atividade foi coordenada com a Terceira Reunião Ministerial da RIAD. A Secretaria Técnica executou atividades de promoção e apoio técnico à RIAD, inclusive a página na Internet e um projeto de pesquisa centro-americano, “Fortalecimento da Descentralização na América Central”, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, ademais de duas edições de um programa de capacitação *on-line* de seis meses, na área de descentralização e desenvolvimento local/regional, com a participação de formuladores de políticas em descentralização, administrado com a colaboração da Universidade Alberto Hurtado, do Chile.

As atividades da RIAD foram implementadas como prestação de contas à Terceira Reunião Ministerial da RIAD em Recife, Brasil, de 26 a 28 de outubro de 2005, e à Quarta Cúpula das Américas, em Mar del Plata, República Argentina, em novembro do mesmo ano. A Reunião Ministerial examinou o tema “Governos Locais, Participação do Cidadão e Desenvolvimento Regional: Combate à Pobreza, Geração de Trabalho e Renda e Governabilidade Democrática” e, além das sessões plenárias, dedicou espaço à análise dos temas em sessões de diálogo regional. O Governo do Brasil foi eleito para a presidência da RIAD e para as vice-presidências foram eleitos os Governos da Costa Rica, Chile, Jamaica e México, países que constituem uma comissão diretora para colaborar com a presidência na gestão da Rede e na execução das atividades sub-regionais. A primeira reunião dessa comissão diretora para o novo período, convocada pelo Brasil para 27 e 28 de março de 2006, aprovou um plano de enfoques temáticos e atividades de orientação da ação da RIAD em 2006 e 2007.

Finalmente, cumpre mencionar que a Quarta Cúpula das Américas, realizada em novembro de 2005, reconheceu em sua Declaração os esforços da RIAD nas áreas por ela examinadas.

Programa regional para a segurança das identidades no Caribe

No período a que se refere este relatório, foram executadas diversas atividades relacionadas com os projetos de fortalecimento e modernização dos registros civis em Belize, Dominica, Grenada, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas. Também prosseguiram as gestões para a realização de novas atividades nacionais em Antígua e Barbuda e Saint Kitts e Nevis.

O Professor Albert K. Fiadjoe, da Universidade das Índias Ocidentais (Cave Hill, Barbados) concluiu um estudo comparativo dos registros civis em vários países caribenhos. O estudo analisou as leis, normas e práticas organizacionais e administrativas de várias instituições responsáveis, com o propósito de estabelecer a identidade das pessoas, e formulou várias recomendações para o melhoramento do funcionamento dessas instituições, de acordo com a Declaração de Nuevo León, de 2004, especificamente quanto ao enfoque na “modernização do Estado como elemento importante para o fortalecimento da governabilidade democrática e da boa governança, conjugando eficácia e eficiência com melhor acesso aos serviços, transparência e responsabilidade na gestão, bem como a consolidação e a profissionalização da administração pública”.

A publicação desse estudo e a realização de uma reunião de âmbito ministerial estão sujeitas à obtenção dos recursos solicitados. Além disso, o planejamento da facilitação para promover a “cooperação horizontal” entre os países membros da CARICOM sobre o direito de identidade começou com o Escritório da Secretaria-Geral na Jamaica para dar início a um possível plano de capacitação para os empregados dos registros civis, em coordenação com o Departamento do Registro Geral (registro civil) desse país. Também esta parte do programa está sujeita à obtenção dos recursos solicitados.

Departamento para a Prevenção de Crises e Missões Especiais

Este Departamento, que substitui o Escritório para a Prevenção e Solução de Conflitos, é encarregado de apoiar o Secretário-Geral na prevenção e solução de crises político-institucionais que ocorram ou sejam passíveis de ocorrer na região. Nesse sentido, o Departamento busca integrar a capacidade institucional de análise política e de prevenção, manejo e solução de crises e conflitos.

Em 2005, em resposta às solicitações dos Governos da Bolívia, Equador e Nicarágua, prestou-se assistência técnica e assessoramento às missões enviadas a esses países. Essas missões tiveram a efetiva participação do Secretário-Geral e se desenvolveram em conformidade com as disposições da Carta Democrática Interamericana e de resoluções da Assembléia Geral e do Conselho Permanente.

A Missão do Representante Especial do Secretário-Geral na Bolívia, chefiada por Horacio Serpa (Colômbia), se dedicou a facilitar a interlocução com os mais diversos atores, por meio da participação, com as autoridades nacionais e o povo da Bolívia, na busca dos caminhos do entendimento. O trabalho da Missão contribuiu para a realização pacífica de um processo eleitoral com a credibilidade e a legitimidade necessária para sua respectiva aceitação pelos que participaram da disputa, em que pese os múltiplos desafios existentes.

A Missão dos Representantes Especiais do Secretário-Geral no Equador, constituída por Sonia Picado (Costa Rica) e José Antonio Viera-Gallo (Chile), teve por meta o acompanhamento do processo de escolha dos membros da Corte Suprema de Justiça. A OEA apoiou os esforços do Governo do Equador no crítico processo de restabelecimento da Corte Suprema de Justiça após uma grave crise político-institucional desencadeada pela saída do Presidente Lucio Gutiérrez e sua substituição pelo Presidente Alfredo Palacio. O trabalho realizado em apoio ao reordenamento das instituições do Estado destacou o valor da ação coordenada da OEA, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Comunidade Andina de Nações (CAN), bem como de organismos nacionais e da sociedade civil.

A Missão do Representante Especial do Secretário-Geral na Nicarágua, chefiada por Dante Caputo, acompanhou o processo de diálogo nesse país de junho a outubro de 2005. A Missão facilitou o diálogo entre o governo e os diferentes setores da sociedade nicaragüense no contexto de uma crise política com potencial para afetar a institucionalidade democrática no país. Desse modo, a OEA apoiou os esforços do Governo da Nicarágua e dos diversos setores políticos para assegurar a governabilidade e restabelecer o equilíbrio de poderes do Estado por meio dos acordos celebrados, consolidados numa legislação-quadro adotada como medida para encaminhar a solução do conflito político no país e gerar condições para assegurar a estabilidade do Governo e o normal desenvolvimento do processo eleitoral.

De fevereiro de 2005 a março de 2006, a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA) participou de 20 desmobilizações das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) no âmbito do processo de paz liderado pelo Governo colombiano. Nesse período, a MAPP/OEA, por meio do trabalho de seus sete escritórios distribuídos no território colombiano, verificou a desmobilização, o desarmamento e a reintegração de mais de 18.000 combatentes das AUC. Nesse contexto, a MAPP/OEA implementou um projeto piloto destinado a comunidades afetadas pela violência, com intensa presença de indivíduos armados no município de Tierralta, Departamento de Córdoba. Mediante este projeto foram capacitados

líderes comunitários como conciliadores em equidade, para contribuir para a solução pacífica dos conflitos em suas comunidades. Esta Missão conta com uma especialista encarregada de incorporar a perspectiva de gênero ao desenvolvimento da MAPP.

Nesse período prosseguiu a implementação do Programa Centro-Americano para o Fortalecimento do Diálogo Democrático (PCA), cujo objetivo principal é gerar capacidade institucional e fortalecer estratégias locais, nacionais e sub-regionais que facilitem processos de diálogo político e criem mecanismos para a administração de conflitos nos países da América Central.

No mesmo período também foram implementados o Programa de Gênero, Construção da Paz e Prevenção de Conflitos na Região Andina e o Programa de Sistemas de Prevenção e Solução de Conflitos da OEA na Bolívia (PSPRC), mediante o qual se apoiou o Governo boliviano na formulação e implementação de uma estratégia e uma política na área de conflitos e na capacitação de representantes do Governo e da sociedade civil no desenvolvimento de processos de negociação, diálogo político e solução de conflitos.

O Escritório deu continuidade ao seu trabalho de promoção de política interestatal por meio do Fundo de Paz. Nesse sentido, a Secretaria-Geral da OEA promoveu a assinatura do “Acordo sobre uma Estrutura de Negociação e Medidas de Fortalecimento da Confiança” entre os Governos de Belize e da Guatemala em 7 de setembro de 2005, mediante o qual esses países acordaram dar início a uma nova rodada de negociações. A Primeira Sessão de Negociação no Nível Ministerial foi realizada em 14 e 15 de novembro de 2005, em San Pedro, Belize. A Segunda Sessão ocorreu em 10 de fevereiro de 2006 na sede da OEA, em Washington, D.C. Nessa sessão, o Secretário-Geral propôs que fosse iniciado um processo de negociação da controvérsia territorial sobre a área marítima nela implicada.